

ARTIGO

A LÓGICA DA VERDADE

Luís Antônio Aguiar
Especial para o **Correio**

O Congresso Nacional aprendeu a discernir entre verdades patentes e verdades aparentes. Ontem, as histórias narradas pela ex-diretora do Prodasen, Regina Célia Borges, ao descrever como recebeu e cumpriu a missão de violar o sigilo do painel eletrônico de votação do Senado eram tão lógicas que construíram uma verdade patente. Os diálogos rememorados por Regina demonstram que ela de fato manteve conversas longas e tensas com os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Hábeis ao fazer uso da divisa de autoridade que o mandato lhes confere, ACM e Arruda falam e agem da maneira como a funcionária pública os descreveu. O dia chegou ao fim arquivando a infinidade de esboços de prova que o senador Arruda tentou reunir no discurso pronunciado quarta-feira. Aquele portfólio de álbis — fotos de reuniões ocorridas no dia 27 de junho de 2000 e relatos de encontros pessoais mantidos na véspera da cassação do ex-senador Luiz Estevão — sequer amadureceu como verdade aparente.

Depoimentos seguros e consistentes como o de Regina são raros nos anais do Senado. Em junho de 1992, ao comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurava atos de corrupção no governo federal, o empresário alagoano Pedro Collor de Mello ensaiou negar o teor de uma entrevista concedida à revista *Veja* um mês antes. Na entrevista, estopim do primeiro processo de impeachment presidencial da História do país, Pedro acusava o irmão Fernando Collor, presidente da República, de manter uma sociedade oculta com outro empresário alagoano, Paulo César Farias. O objetivo dos "sócios", acusava o irmão do presidente, era desviar dinheiro de projetos públicos e achacar empresários que negociavam com o governo. Para os integrantes da CPI, valia a entrevista de Pedro Collor à revista, e não o depoimento formal dado aos parlamentares.

O depoimento era vago e mais fraco que a entrevista.

Eriberto Freire França, ex-motorista do gabinete de Fernando Collor e funcionário concursado da Radiobrás, é exemplo diverso de Pedro. Em julho de 1992 concedeu entrevista à revista *Istoé* afirmando que as contas da residência dos Collor de Mello em Brasília eram pagas com dinheiro de Paulo César Farias. A despeito de enormes pressões e ameaças que saíam do Palácio do Planalto e do esquema de segurança particular da presidência, manteve todas as linhas da entrevista em depoimento à CPI. Desta forma possibilitou a revelação de elos financeiros entre o presidente e o amigo empresário.

A coragem demonstrada por Regina Borges ao assumir o crime de violação do painel eletrônico do Senado e delatar os autores da ordem para que fizesse isso é "sócia" da coragem de Eriberto França. Como raiz comum a unir os dois, a carreira de servidor público. Pedro Collor, morto em 1994 vítima de um câncer no cérebro, era filho das oligarquias de Alagoas e tentou recuar: nos 30 dias transcorridos entre a entrevista concedida a *Veja* e o depoimento à CPI do PC, há nove anos, recebera três propostas de acordo financeiro para que recuasse. Para conservar seus mandatos, Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda precisam agora contar histórias que forjem verdades patentes, e não apenas tenham aparência de ser um roteiro lógico destinado a encobrir o crime político ocorrido no submundo eletrônico do Senado em 27 de junho do ano passado.

**DEPOIMENTOS
SEGUROS E
CONSISTENTES
COMO O DE
REGINA SÃO
RAROS NOS
ANAIS DO
SENADO**